



A ESFERA PÚBLICA: A ANTINOMIA RACIONALIDADE VERSUS IRRACIONALIDADE NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO

THE PUBLIC SPHERE: THE ANTINOMY RATIONALITY VERSUS IRRATIONALITY
IN THE HISTORY OF THE THOUGHT POLITICIAN

Por:

Albeiro Mejia Trujillo

e-Revista Facitec, v.4, n.1, Art.1, jan-jul 2010

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não comercial.

Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistafacitec@facitec.br.

A e-Revista Facitec é a revista eletrônica da FACITEC, totalmente aberta, inaugurada em Janeiro de 2007, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes. Para mais informações consulte o site www.facitec.br/erevista.



A ESFERA PÚBLICA: A ANTINOMIA RACIONALIDADE VERSUS IRRACIONALIDADE NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO

THE PUBLIC SPHERE: THE ANTINOMY RATIONALITY VERSUS IRRATIONALITY IN THE
HISTORY OF THE THOUGHT POLITICIAN

RESUMO

No presente ensaio, faz-se uma retrospectiva do pensamento político de alguns filósofos clássicos, contrapondo ideias da filosofia política tradicional com postulados básicos da teoria marxista em que se fundamenta o Comunismo. São discutidas questões como propriedade privada, desmonte das instituições e do Estado, conceitos de soberania e poder absoluto. Com fundamento nos clássicos da Filosofia Política, é feita uma análise da implantação do Socialismo russo e da expansão da ideologia Comunista, que alcança sua máxima expressão com o surgimento de numerosos grupos guerrilheiros, na América Latina. E conclui-se o ensaio, apresentando o atual panorama da crise ideológica das denominadas "narco-guerrilhas".

Palavras-chave: Ideologia, Comunismo, Guerrilha, Revolução.

ABSTRACT

In the present essay the author makes a retrospect of the thought politician of some classic philosophers opposing ideas of the philosophy traditional politics with basic postulates of the Marxist theory where if he bases the communism. Questions are argued as private property, dismounting of the institutions and the State, concepts of sovereignty and absolute power. With bedding in the classics of the Philosophy Politics an analysis of the implantation of the Russian Socialism is made and of the expansion of the communist ideology that reaches in the maximum expression with the sprouting of numerous guerrilla groups in Latin America and, it concludes the essay presenting the current panorama of ideological crisis of the called "narco-guerrilhas".

Keywords Ideology, Communism, "Guerrilla", Revolution.



A NOÇÃO DE ESFERA PÚBLICA NOS CLÁSSICOS DA POLÍTICA

Os filósofos gregos iniciaram sua reflexão sobre política a partir das formas de governo existentes em diferentes lugares, na sua época. Platão analisa a decadência e degradação da *polis*, e não seu esplendor. Por isso, parece óbvia sua postura pessimista sobre os sistemas políticos, segundo a qual, a história não constitui um progresso indefinido, senão um regresso definido do mal para o pior. Para Platão, há seis formas de governo, que se reduzem a cinco, já que a Monarquia e a Aristocracia seriam duas modalidades de um único sistema. As outras quatro formas de governo, Timocracia, Oligarquia, Democracia e Tirania, seriam formas corrompidas de governo. Essas *constituições* (como também são denominadas as diversas formas de governo) são classificadas por Platão como boas ou más, utilizando o critério do consenso ou da força, da legalidade ou da ilegalidade para assumir o poder.

Aristóteles se aproxima de Platão ao fazer uma classificação semelhante das formas de governo, uma vez que a forma como são organizadas segue o critério do interesse do governante (se este visa ao bem comum ou a benefícios pessoais). Aristóteles chega à classificação das formas de governo em Monarquia, Aristocracia, Política, Democracia, Oligarquia e Tirania depois de analisar mais de 170 constituições da época. Nessas formas de governo, distinguem-se três tipos de relações de poder, a saber: pai – filho; senhor – escravo; governante – governado. Para diferenciar a Oligarquia da Democracia, não se utiliza o critério do número de pessoas, mas a diferença entre ricos e pobres, já que os ricos sempre serão menos do que os pobres. Daí, por que deve ser relativizado o conceito “governo do povo” (democracia), pois não é real a afirmação segundo a qual há um governo do povo, já que este somente ratifica a vontade de uma minoria que lhe impõe os governantes que deverão ser escolhidos.



Maquiavel marca o início de mudanças importantes no pensamento político, inclusive, apresenta uma nova classificação das formas de governo, sendo que, segundo ele, todos os Estados, ou são Repúblicas ou são Monarquias. Nos principados (monarquias), o poder depende da vontade de um só, enquanto nas repúblicas, que podem ser Aristocráticas ou Democráticas, o poder depende da vontade coletiva (colegiados ou assembléias). Aristóteles já havia afirmado que nem a Oligarquia é o poder de uns poucos, nem a Democracia é o poder do povo. Segundo Maquiavel, nos principados, o poder pode ser conquistado pela virtude, pela fortuna, pela violência ou pelo consentimento dos cidadãos.

Montesquieu, mais do que uma filosofia política, constrói uma teoria geral da sociedade em que não aceita que haja leis gerais que fundamentem a formação social. Ele trabalha numa dimensão espacial e geográfica, na tentativa de explicar a variedade de sociedades humanas e suas respectivas formas de governo, não só no tempo, mas também no espaço. O conceito de Despotismo foi elaborado, sobretudo, para explicar a natureza dos governos que não pertenciam ao mundo Europeu.

Enquanto Montesquieu tenta justificar o Despotismo como sendo uma forma de governo própria e até necessária a certos povos, pela sua natureza primitiva, Jean Bodin, o teórico da soberania, explica que a ruptura entre o império universal e os reinos particulares teria permitido que o rei se tornasse soberano – por soberania entende-se poder absoluto, que não quer dizer estado de licença. O despotismo não se restringe a uma determinada fase de desenvolvimento de um povo, nem a critérios geográficos, assim como não se deve confundir a soberania com o Despotismo.

Locke, que se apresenta como o principal ideólogo e teórico da monarquia constitucional inglesa, institucionalizada em 1668/9, expõe o estado de natureza como sendo de igualdade e reciprocidade e afirma que, embora seja um estado de liberdade, não é um estado de licença, como em Hobbes. Nesse sentido, assemelha-se a Bodin, no entendimento



de que a soberania não quer dizer poder irrestrito, enquanto se opõe a Montesquieu, que afirma o Despotismo como forma de governo impositiva, indispensável para a condução de povos primitivos.

Para Locke, ninguém tem direito de lesar os outros: o direito de propriedade fica confirmado pelo investimento de trabalho. Como no estado de natureza, o direito de punir cabe a todos e, como isto se torna intolerável, surge o estado civil como solução. A sociedade política se constitui, quando os homens renunciam a seu estado de natureza e, ao constituir um corpo político, se obrigam a aceitar, como se fossem deles, as decisões da maioria. O poder de fazer e executar as leis não deve estar nas mãos da mesma pessoa devido à fraqueza humana. Mesmo o poder soberano estando no povo, este, implicitamente, confere prerrogativas ao governo, que constitui uma autorização dada ao governante para que possa executar certos atos livremente e pela própria iniciativa, no silêncio da lei, e, às vezes, mesmo contra a letra da lei, no interesse do bem comum. Todavia, as prerrogativas não podem ser generalizadas, sob pena de transformar o governo em um sistema despótico.

Leo Strauss é um dos maiores historiadores da filosofia política. Apesar de seus estudos serem dedicados, de modo geral, à interpretação dos grandes pensadores do passado, não podemos concluir que tenha sido inspirado por um mero interesse histórico. Strauss lamenta o fato de que a investigação acerca da história da filosofia política tenha substituído a filosofia política propriamente dita pelo ensino e pesquisa da história. Essa substituição constitui uma evidência da decadência da filosofia política em nosso tempo.

Strauss afirma que a filosofia política hoje se encontra num estado de decadência, se é que não desapareceu por completo. Mas, como pode a Filosofia Política ter declinado num tempo em que a religião não é mais um rival poderoso e em países onde a liberdade de expressão e pensamento é supostamente garantida? Strauss atribui este declínio à oposição vinda de dentro da própria filosofia mediante a combinação de



dois movimentos teóricos, que são: o positivismo e o historicismo. O Positivismo é o ponto de vista segundo o qual o único conhecimento genuíno é o conhecimento científico, tal qual foi definido pela ciência natural moderna. Essa concepção do conhecimento desacreditou a filosofia política enquanto investigação da ordem política boa ou justa. Os positivistas estabeleceram uma distinção fundamental entre fatos e valores. As ciências sociais nunca poderão validar ou invalidar julgamentos de valor e devem lutar, na medida do possível, para evitá-los. Para o Positivismo, a Filosofia Política é um empreendimento fútil, porque se baseia na suposição errônea de que o conhecimento dos valores é possível.

Strauss tem o cuidado de não utilizar a expressão "filosofia política" para designar uma espécie distintiva de pensamento político. Ele define a filosofia política como a tentativa de conhecer, realmente, tanto a natureza das coisas políticas quanto a ordem política certa ou boa. A Filosofia Política é um ramo da Filosofia que tenta, a partir da opinião, chegar ao conhecimento racional. Uma pesquisa filosófica só se verifica quando o aqui e agora deixa de ser o centro de referência, e suposições relativas à vida política como tal se tornam o foco da investigação crítica.

A filosofia é a procura do conhecimento da natureza de todas as coisas. A filosofia política, como ramo da filosofia, procura o conhecimento da "natureza das coisas políticas" e da sua posição dentro do todo. Strauss estabelece, no seu discurso, a distinção entre "coisas" e "natureza das coisas". Quando fala das "coisas políticas", pensa em coisas cuja existência a opinião política geralmente pressupõe: todo adulto normal "sabe algo sobre impostos, polícia, leis, presídios, guerra e paz, armistício".

Nada podemos saber sobre uma guerra acontecendo num dado momento sem termos algum conhecimento, mesmo que vago e confuso da guerra como tal e do lugar que ocupa na vida humana. Não se pode ver um policial como um policial sem algumas suposições prévias acerca



da lei e do governo como tais. Estas suposições, ou opiniões sobre a natureza das coisas políticas, são transformadas em “o tema de análise crítica e coerente” pela filosofia política. A pesquisa sobre a natureza das coisas políticas é necessária, porém não suficiente para que haja uma filosofia política. O filósofo político também procura conhecer a “ordem política boa ou certa”. Esta preocupação distingue a filosofia política, como atividade cívica e virtualmente prática, da teoria política, atividade isolada e meramente especulativa. A questão da sociedade boa, ou da ordem política certa, surge inevitavelmente no campo da prática política.

A busca das ideias do “bom” leva ao conhecimento do melhor regime, sendo que, por regime, se entende a ordem interna de uma comunidade política determinante do tipo de homens que a governarão e das metas e finalidades que perseguirão. O regime dá a uma comunidade política sua identidade e seu caráter ou forma distintiva e prescreve seu modo de vida. Na expressão “filosofia política”, a palavra “filosofia” indica o tipo de abordagem (uma aproximação que vai até a raiz e é abrangente), enquanto que a palavra “política” indica o assunto e a função. Os ensinamentos clássicos sobre o homem e a comunidade política repousam sobre a equiparação socrática da “natureza” de uma coisa com sua inteireza ou perfeição. Os clássicos entendiam a natureza do homem pela referência à ordem apropriada da alma humana. Entendiam a natureza da comunidade política pela referência à ordem apropriada da comunidade ou do melhor regime.

Strauss traça uma nítida linha de demarcação entre a filosofia política clássica, que floresceu na Idade Média, e a filosofia política moderna. Ele divide a tradição moderna em três períodos: a primeira “onda” da modernidade durou desde Maquiavel até o século XVIII, quando a modernidade sofreu sua primeira crise com o ataque de Rousseau às doutrinas do direito natural de Hobbes e Locke. A segunda “onda” da modernidade, iniciada na crise do século XVIII, culminou no pensamento político de Kant e Hegel. A terceira onda da modernidade, que inaugura a



“crise do nosso tempo”, é dada pela crítica de Nietzsche ao Idealismo alemão.

O historicismo refere-se a uma complexa vertente do pensamento moderno cujos principais representantes são Hegel, Nietzsche e Heidegger. O historicismo teórico ou contemplativo aparece na segunda “onda” da modernidade e Hegel é seu maior expoente. O historicismo teórico identifica a tarefa da ciência como a contemplação do processo histórico, substituindo, assim, a filosofia política por filosofia da história. O historicismo radical ou Existencialista aparece no bojo da terceira “onda” da modernidade: seu pai é Nietzsche, e Heidegger, seu mais poderoso porta-voz no século XX. O historicismo radical concorda com Hegel em que o homem deve ser entendido à luz de sua história, mas nega que o processo histórico seja racional ou progressivo. O homem não pode transcendentalizar nem entender este processo, pois todas as interpretações do passado são condicionadas pela perspectiva transitória, ou visão do mundo, do presente.

O homem não pode adquirir o conhecimento de um bem que continuará a ser genuíno em todos os tempos e lugares, por isso rejeita a própria possibilidade da filosofia política. O historicismo radical lança dúvidas sobre as questões da natureza das coisas políticas e da ordem política melhor e justa ao sustentar que a filosofia em si mesma e seus problemas universais, inclusive os levantados pela filosofia política, são historicamente condicionados, isto é, relacionados a um tipo histórico específico. Strauss vê a crise política de nosso tempo como uma consequência da destruição da filosofia política pelo Positivismo e o historicismo.

A sociedade ocidental contemporânea manifesta a sua perplexidade diante das mudanças de comportamento dos diversos grupos humanos. Todavia, não é possível afirmar que os processos de transformação social que acontecem hoje sejam diferentes dos de outros períodos, já que houve mutações nos mecanismos de interação entre os diversos povos de



que temos registros historiográficos. As alterações nos padrões de comportamento que hoje observamos devem-se, em parte, à influência da comunicação invasiva típica, do período denominado era da globalização, em que a vida de cada nação se torna visível e dizível para quem desejar conhecer o seu interior, isto é, podemos dizer que assistimos à perda da interioridade cultural.

A heterogeneidade dos povos “isolados” (independentes) e, de certa forma, herméticos sofre o influxo da homogeneização cultural resultante do processo de “globalização”, pelo qual nações dominantes aniquilam a cultura dos povos menores do ponto de vista político, econômico e militar. O processo a que ora assistimos não é único nem o primeiro na história da humanidade. Hoje, quando se fala de uma emergência da cooperação internacional, pode-se entender que está havendo uma reação de uma cultura que se sabe em crise e precisa reestruturar-se, se quiser sobreviver. Trata-se da cultura econômica e política que luta para continuar dominando seus feudos, mas sabe que precisa fazer concessões, se quiser manter o controle sobre as nações de menor significado político, tanto no mundo ocidental quanto no oriental.

Antes da hegemonia do Cristianismo, a humanidade passou por períodos alternos de influência de diversas culturas, como a grega e a latina. Leituras modernas dos padrões de comportamento da civilização romana pré-cristã têm mudado de direção. Durante os muitos séculos de reinado do Cristianismo, acreditou-se que as atitudes do povo romano, na fase imediatamente anterior ao surgimento do Cristianismo, eram atitudes imorais pelo fato de contradizerem os padrões da moralidade cristã.

Não se pode julgar uma cultura com a mentalidade de outra. E foi justamente isso o que aconteceu com a civilização romana, quando as diferenças que contradiziam os padrões morais cristãos eram tidas como imorais. Todavia, imoral seria se uma fração da população mudasse as estruturas normativas de sua cultura, e não a civilização inteira. O povo romano vivia sua própria ética e era fiel a ela, com isso, pode-se afirmar



que os romanos não eram imorais, mas seguiam uma ética diversa dos padrões cristãos que ainda não conheciam.

O confronto entre a cultura romana e a civilização cristã baseia-se em dois modelos básicos de formação. A cultura romana segue um princípio ético que deriva de sua cosmovisão particular. A civilização cristã segue um princípio moral que se apoia nos ordenamentos legais proferidos pela divindade. Com a supremacia que alcançou o Cristianismo, o epicurismo entrou em decadência, permanecendo como único modelo de comportamento, o legalismo moral e coercitivo do Cristianismo. Toda a cultura ocidental baseia seu agir em prescrições morais, e não éticas. A antropologia hobbesiana, que vê o homem como sendo mau por natureza, pode ser contestada em função dos elementos que definem e modelam uma cultura. Assim, o homem não seria mau por natureza, mas seu comportamento seria a resultante de um modelo educacional determinado.

Com a perda da hegemonia do Cristianismo e a secularização da cultura, a civilização ocidental contemporânea se liberta das imposições do jugo teocrático e, como não existe um sistema ético-político regulador do agir humano, surge uma parte da população que conhece o Cristianismo, mas que não vivencia esta cultura, enquanto outra parte reivindica a emergência dos valores morais que se encontram em decadência. Esse conflito cultural permite nos aproximarmos de culturas atuais que vivem modelos éticos diferentes dos nossos, conhecer suas estruturas e sistemas de valores sem cometer erros interpretativos e injustiças por julgá-los a partir de nossos pressupostos valorativos.

A chamada "racionalidade ocidental", que se opõe a padrões de comportamento diferentes aos modelados pela filosofia grega e pelo Cristianismo, aparentemente reinaram sem contradições durante séculos. Todavia, fazendo uma análise mais detalhada, percebe-se que, por trás dessa "racionalidade", sempre estiveram presentes as antinomias comportamentais e teóricas denominadas de "irracionalidade. Entender o



que é racional ou irracional passa por um processo de desconstrução e relativização dos valores e atitudes dominantes. Talvez o Nominalismo constitua a primeira oposição a um modelo de racionalidade dominante e seja uma das primeiras construções filosóficas debatidas com o rótulo da "irracionalidade". Nietzsche, possivelmente, seja o maior representante de uma "irracionalidade", ou antirracionalidade, ao se opor ao modelo socrático de intelectualidade, que descarta os instintos e o prazer da esfera humana.

Antes de Nietzsche, surgiram teorias filosóficas que foram consideradas irracionais por entenderem que a guerra e a força eram os caminhos da governabilidade, no caso de Maquiavel; ou, em Hobbes, por considerar que o homem é um ser naturalmente violento e que a lei não muda a natureza do homem, mas seria um simples instrumento de coerção que possibilita a homogeneização do comportamento humano. Entender a guerra e o conflito como processos racionais contradiz o modelo cristão de racionalidade dominante no mundo ocidental. Todavia, a estratégia militar, a guerra armamentista ou a financeira podem ser consideradas, simultaneamente, como elementos de alta racionalidade e como processos representativos de irracionalidade. Quando colocadas essas e outras questões na Esfera Pública, percebem-se as grandes antinomias conceituais e práticas na vida social que ajudam a desvendar processos históricos de formação política, econômica e cultural.

Ideologia: entre o sonho e a falência

O sonho marxista de acabar com as desigualdades sociais reinantes no sistema capitalista tinha como proposta a criação de um sistema de base igualitária que seria o Comunismo. Para alcançar esse nível de transformação social, seria necessário passar por um estágio intermediário denominado de Socialismo. A execução do ideal comunista começa a ser esboçada na Rússia, a partir de 1905, com um trabalho



ideológico de conscientização e mobilização da massa operária contra a sociedade czarista dominante. Esse trabalho, realizado por meio de assembleias, comunicados nos jornais, rádio, panfletos e, sobretudo, por meio da abordagem corpo a corpo, chega ao seu ápice com a Revolução de Outubro, em 1917, quando Lênin assume o poder e se inicia o processo de construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ou simplesmente a União Soviética – URSS).

Do ponto de vista ideológico, inicia-se um processo de intolerância em que os membros da antiga sociedade dominante perderam seus bens materiais, liberdade social e política, sendo muitos deles expatriados e outros tantos assassinados, continuando esse estado de violência e intolerância contra as gerações posteriores durante várias décadas. Essa atitude assumida pelos líderes da Revolução de Outubro contradiz os princípios expostos por Locke, em que o direito de destruir a vida dos outros, resultante da conquista, não envolve o direito de apoderar-se de seus bens, a não ser como indenização pelos prejuízos causados. Tampouco há direito sobre as mulheres e as crianças. Estes e outros fatos deverão ser estudados quando se quer entender o processo de transformação que pretendia levar a sociedade do Sistema Capitalista para o Comunista.

Ao pensar no Comunismo, é necessário falar de desmonte das instituições sociais. Por sua vez, nos conduz a outra pergunta sobre o nível de desenvolvimento que esse tipo de ação política (ideológica) representa no sentido de saber se constitui um estágio mais evoluído da sociedade, ou se, pelo contrário, implicaria num retrocesso na evolução do processo de transformação social. Falar de abolição da propriedade privada implica a necessidade de construir um novo “Contrato Social” que desconsidere princípios fundamentais defendidos por contratualistas, teóricos do Estado e do Direito, como John Locke, que defende a tese segundo a qual sempre que se retira um objeto do estado em que a natureza o colocou e a ele se acrescenta o trabalho, o indivíduo passa a



ter direito sobre tal objeto. Entende-se, assim, que o trabalho fixa e estabelece o direito de propriedade.

Continuando na perspectiva de Locke, quando expõe a extensão do Poder Legislativo, o autor inglês nega ao Poder Supremo a possibilidade de atribuir-se o direito de tomar de homem algum o que lhe pertence sem prévio consentimento. Tomadas as duas proposições lockianas, entramos em um conflito com relação às propostas comunistas de abolição da propriedade privada: primeiro, porque, se o trabalho fixa o direito de propriedade, tentar abolir este direito seria um estímulo para o não trabalho (como aconteceu na URSS); segundo, se o Poder Supremo não pode tomar do indivíduo aquilo que lhe pertence, violar este princípio implica romper o contrato social, haja vista que as funções do Estado são proteger a vida, honra e bens dos cidadãos.

Quando existe um Estado é porque a maioria dos homens que vivia em estado de natureza entregou seu poder político à sociedade e ao governo, impondo-lhe a condição de exercê-lo em seu benefício, preservando sua propriedade. Entende-se que isto representa uma passagem do estado natural para o estado social e, nesse sentido, o Comunismo, como projeto de desmonte das instituições, seria um regresso ao estado de natureza. Para Locke, a dissolução do governo acontece por forças estrangeiras ou pela dissolução da sociedade. O desmonte do Estado, na passagem do Socialismo para o Comunismo, não obedece ao primeiro critério e, quanto ao segundo, o governo estaria dissolvendo a sociedade para se autodesmontar. Essa teoria da dissolução do governo não parece lógica sob nenhuma perspectiva: haveria uma transformação do governo e os termos do Comunismo teriam de ser revistos.

A grande contradição do projeto comunista a encontramos ao analisar o conceito hobbesiano de estado de natureza, que coloca o homem como naturalmente mau. Segundo este autor, o homem que vive em sociedade, coagido por leis, na ausência delas torna a ser tão mau



quanto era no estado de natureza, ou, ainda, as leis não mudam a natureza humana. Para confirmar a ideia hobbesiana, Locke enfatiza que as criaturas capazes de vida jurídica jamais são livres sem lei. Para que as leis existam, é necessário que haja um Poder Legislativo, mesmo que sua existência dependa de assembleias ou conselhos comunitários. Ao se ter um Poder Legislativo, deverá haver também um Poder Executivo e um Poder Judiciário, obrigando à reconstrução de um Estado.

Para Jean Bodin, o teórico da soberania, todo poder inferior é subordinado a um poder superior até se chegar a um poder supremo, que é o poder soberano, sendo que, onde há um poder soberano, há também um Estado. Como conciliar então essas ideias com a proposta comunista, se todos os caminhos levam à reconstrução de um Estado? Espinosa afirma que os homens, quando têm direitos comuns e são todos conduzidos por um único pensamento, – é certo que cada um possui tanto menos direito quanto mais todos os outros reunidos – o sobrelevem em poder, isto é, cada um não tem, na realidade, direito sobre a natureza, senão o que lhe confere a lei comum. Esta afirmação parece justificar, em princípio, uma proposta comunista, mas termina coincidindo com o pensamento de Locke, quando afirma que, ao construir um corpo político, todos se obrigam a aceitar, como se fossem também deles, as decisões da maioria, pois, no caso contrário, o pacto inicial não faria sentido. Somos novamente conduzidos, desta forma, a uma visão contratualista da sociedade, o que impossibilita o desmonte do Estado e das instituições sociais. Assim, temos de aceitar que diversas versões românticas de sociedade inspiradas no pensamento marxista não funcionaram nos modelos propostos e, se quisermos transformar a sociedade como existe hoje, será necessário repensar os discursos e as ideologias de “esquerda” de inspiração marxista.

Do ponto de vista teórico, não parece haver clareza sobre como alcançar o Comunismo e, talvez por isso, na prática, a mudança de sistema político somente tenha chegado ao nível intermediário, que é o



Socialismo. Sem querer reconstruir ou fazer uma análise pormenorizada da história do Socialismo russo, voltamo-nos para as ações no âmbito da política internacional tendentes à difusão do Comunismo pelo mundo todo, colocando a América Latina como um de seus principais objetivos.

Na perspectiva político-econômica, aconteceu a polarização do mundo em duas facções: Capitalistas e Comunistas, tendo nos Estados Unidos e na União Soviética os dois adversários no campo de batalha que pretendiam dominar o mundo. Para ganhar essa guerra, era necessário fazer grandes investimentos em tecnologia – particularmente bélica – mas ainda era fundamental definir pontos estratégicos que servissem de apoio para a arremetida colonizadora a ser empreendida. Nesse sentido, entende-se o papel desempenhado por Cuba em tal processo: primeiro pela proximidade geográfica dos Estados Unidos, principal alvo de ataque do bloco russo, e, segundo, pela localização estratégica para a comunicação e transporte de recursos que serviriam para implantar o “Comunismo” na América Latina. As nações latino-americanas iriam se transformando gradativamente e o Capitalismo perderia espaço no mundo até ser banido definitivamente da face da terra.

A partir da década de 1950, Cuba começa a apresentar um crescimento significativo, em parte, graças ao apoio financeiro, militar, tecnológico, etc., dado pela União Soviética, que investiu na Ilha como um campo estratégico para a colonização da América Latina. Cuba era um dos caminhos por onde passavam ideologia, capital, informação, tecnologia, armamentos e estratégias militares provindas da Rússia e cuja finalidade era contribuir com a causa Comunista no território latino-americano. Durante várias décadas, Cuba se beneficiou dos investimentos russos, obtendo crescimento significativo, principalmente, na educação e na medicina. A contrapartida cubana para a Rússia foi a alimentação ideológica da América Latina, que tinha como ponto de referência e escola de formação dos líderes guerrilheiros a Ilha caribenha. Foi também nesta



que os sindicatos e partidos de esquerda se nutriam com ideologias pró-comunistas.

Instaurado o projeto russo na Ilha do Caribe (Cuba), inicia-se a investida na América Latina continental, sendo que países como a Argentina e o Chile não tiveram influência significativa do ideal comunista que se iniciara com a formação de grupos guerrilheiros. No caso brasileiro, a existência de governos militares, durante a década de 1960, cria um controle acirrado que impossibilita o desenvolvimento de quaisquer movimentos revolucionários. Exemplo dessa intolerância (controle) e coarctação da liberdade de manifestação política, no Brasil, é a dizimação das Guerrilhas do Araguaia, fato esse que, passados mais de 50 anos, ainda permanece sem esclarecimento. Na Argentina, igualmente, não se desenvolveram guerrilhas rurais, restringindo-se, como no Chile, a grupos urbanos de resistência armada que proliferaram na década de 1970. No Chile não houve guerrilhas rurais, restringiram-se a tentativas de instaurar uma revolução armada por guerrilhas urbanas que floresceram na década de 1980. O fato de haver-se constituído no Chile um governo Socialista forte, que defendia a via democrática contra o caminho das armas, foi determinante na direção político-ideológica seguida por esse país. O surgimento de guerrilhas urbanas aconteceu justamente durante o governo militar de Pinochet, e seu controle definitivo esteve associado ao mesmo fato de estarem os militares de direita no poder.

O trabalho ideológico, enquanto megaprojeto de implantação do comunismo, não era realizado somente por meio de grupos armados, mas a revolução iniciava-se com a formação de profissionais em diversas áreas de conhecimento. Para isso o Governo Russo concedia bolsas de estudo, de forma sistemática, para estudantes latino-americanos, de forma que pudesse criar um grupo de intelectuais que levasse a ideologia assimilada durante sua formação para a base da sociedade. Igualmente, as manifestações artísticas, como a literatura, a música e o teatro, serviam de instrumento para veicular as ideologias desejadas. A imagem de líderes



comunistas chegou a ser tão forte que passou a ser moda andar com camisetas e bonés com símbolos comunistas e fotos de Fidel e El Ché Guevara. Este último, aliás, exerceu tamanho fascínio que muitas pessoas vestiam roupas e compravam cartazes com sua foto pensando que fosse ele “Jesus Cristo”.

As décadas de 1970/80 representaram para a América Central um período de lutas armadas, que envolviam a população civil direta ou indiretamente, tendo como consequência verdadeiros derramamentos de sangue, estagnação econômica e perda ou impossibilidade de desenvolver uma infraestrutura que possibilitasse o crescimento social com qualidade. Este é o fato, mas não podemos julgar se essa região teria alcançado algum progresso significativo, se antes não tivesse havido um conflito que desencadeasse as transformações que aconteceram depois da estabilização política dos países afetados. Durante mais de vinte anos, países como Honduras, Guatemala e El Salvador ocuparam espaço significativo nos noticiários internacionais por conta da guerra entre o governo e os grupos antigovernistas, que tinham apoio financeiro, estratégico e de material bélico fornecido pela União Soviética.

Os grupos pró-comunistas, para aumentar a arrecadação de dinheiro em nome da “causa comunista”, implantaram práticas criminosas, como o sequestro, suborno, desapropriação compulsória de bens móveis (roubo de gado etc.), intimidação, cobrança de taxas mensais pró-comunistas obrigatórias, com a execução sumária de quem se negasse a contribuir com “a causa”. Estas práticas eram usadas contra o próprio povo em uma suposta “defesa do povo”. A comunidade nunca foi consultada se queria ou não uma mudança de sistema, mas, como provam os expoentes da teoria política clássica, o povo é incapaz de se governar e, por isso, precisa que uns poucos assumam a tarefa da transformação social em nome da maioria, que, quando chegar a seu limite, se manifestará através de outros que igualmente se dirão representantes do povo.



No México, o grupo guerrilheiro que teve maior projeção foi o Exército Zapatista de Libertação. Todavia, durante as décadas de 1980 e 1990, este grupo foi esmorecendo, enquanto o país passava por um processo de estabilização cultural, crescendo, de modo significativo, na produção intelectual, desenvolvendo uma filosofia latino-americana e um pensamento social latino-americano com pensadores como Leopoldo Zea. O desenvolvimento cultural e a anexação geográfica do México à América do Norte (com a sua inclusão no NAFTA) contribuíram para que as guerrilhas fossem perdendo espaço. Mesmo passando por uma grave crise econômica na década de 1990, o México consegue reerguer-se e estabilizar-se social, política e culturalmente.

Os Estados Unidos investiram na construção do Canal do Panamá, retirando para isso parte do território antes pertencente à Colômbia (Departamento de Panamá, atual República do Panamá). Dividindo a América Hispânica em América Central e América do Sul, além do benefício financeiro auferido da exploração do Canal, os Estados Unidos passaram a deter o controle absoluto sobre a economia e a política sul-americana e, aí, a frase “dividir para dominar” torna-se efetiva.

Os países da América do Sul onde se desenvolveram grupos guerrilheiros de modo mais forte são Bolívia, Peru e Colômbia. Todas as guerrilhas desses países tinham vínculos diretos ou indiretos entre si. Elas surgiram com os mesmos ideais, tinham fontes financeiras semelhantes e formação ideológica e estratégica com direcionamento homogêneo e, por isso, o *modus operandi* foi muito parecido. Frequentemente se auxiliavam quando uma delas era enfraquecida por causa das investidas militares dos governos desses países. O Tupac Amarú, com facções na Bolívia, mas igualmente representativo no Peru, começa a se enfraquecer na década de 1980 e, com o Sendero Luminoso, também do Peru, são controlados depois da arremetida radical do governo de Alberto Fujimori, na década de 1990. Hoje sobrevivem apenas alguns redutos pouco significativos dos dois grupos guerrilheiros antes mencionados.



A história das guerrilhas na Colômbia confunde-se com a crise de violência política entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, que levou o General Gustavo Rojas Pinilla a assumir o poder enquanto se fazia a transição política pautada em um acordo em que os dois partidos governariam alternadamente, como aconteceu de fato durante 16 anos. Mas essa solução política que funcionou efetivamente no processo democrático não evitou que se formassem grupos de autodefesa que visavam à proteção contra os ataques dos adversários da anterior crise política. Estes grupos começaram a agir na clandestinidade e, posteriormente, alguns deles serviram de base para a formação dos primeiros grupos guerrilheiros.

Um dos primeiros grupos guerrilheiros a se formar na Colômbia foi o PLA – Pedro León Arboleda. Posteriormente, foram surgindo outros grupos como o ELN – Exército de Libertação Nacional; EPL – Exército Popular de Libertação; FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, e o M 19 – Movimento Revolucionário 19 de abril. A base ideológica influenciou o *modus operandi* de cada uma dessas facções guerrilheiras, sendo que as de base maoísta eram mais violentas do que as de formação marxista tradicional. Sua organização estratégica foi evoluindo de modo a criar segmentos urbanos e rurais que atuavam conjuntamente.

Dos quatro principais grupos guerrilheiros da Colômbia, dois, o ELN e o EPL, caracterizavam-se por ter uma base de dirigentes e efetivos constituída, principalmente, por camponeses, desempregados e ex-presidiários que, geralmente, possuíam pouca formação acadêmica e sua orientação ideológica estava fundamentada no Maoísmo, e não diretamente no Marxismo-Leninismo. Isto contribuiu com a formação de um modelo de ações radicais. O M19 e as FARC, por sua vez, tinham na sua base um grupo de dirigentes com elevado nível de formação acadêmica, sendo muitos deles profissionais com atuação significativa nas universidades, como professores. A base intelectual do M 19 atuava, preferencialmente, em Universidades, Escolas, Igrejas, mas também era



possível encontrá-los infiltrados no exército, hospitais, como taxistas e comerciantes. Este modelo de atuação é definido nas chamadas guerrilhas urbanas, que serviram de base para a transmissão ideológica de um lado e, de outro para orientar e planejar as ações armadas das guerrilhas rurais.

Foram mais de quarenta anos de guerra e negociações que visavam à transformação dos grupos guerrilheiros em partidos políticos. Depois de muitas tentativas, o M 19 transformou-se em partido político, sendo que um número significativo de seus líderes foi assassinado ou vítima de atentados sistemáticos cometidos por grupos de esquerda radical que os consideravam traidores, ou por grupos de extrema direita que não acreditavam nas propostas do novo partido político. Mesmo assim, o M 19 vem crescendo na sua inserção democrática, participando com candidatos à Presidência da República e, mais diretamente, com ações dos seus líderes que se tornaram governadores, prefeitos e deputados. Este é o lado positivo de um processo que, mesmo conflitivo e atropelado, chegou a um encaminhamento que possibilitasse o restabelecimento da ordem social.

O lado negativo do conflito está na direção que tomaram as FARC. Este grupo, durante várias décadas, foi comandado por um Padre espanhol (El Cura Perez). Não foi possível que o processo de paz, com mediação de Organizações externas, como Anistia Internacional, e internas, como as diversas comissões de paz criadas com a finalidade de dialogar, chegasse a um acordo de incorporação social pela participação política democrática, como o realizado com o M 19.

Com a mudança do cenário político internacional, a América Latina foi se transformando na busca de novos horizontes, mas o problema ideológico não é mais relevante para os grupos de esquerda, passando a ser uma simples desculpa para justificar a permanência de sistemas sociais que se haviam desenvolvido em cima de estruturas profundas. Com a dissolução do bloco soviético, os seguidores do Comunismo que



precisavam da ajuda russa foram ficando desamparados e, para poder sobreviver, alguns grupos guerrilheiros, buscando alternativas para sua crise, transformaram-se em guarda-costas de traficantes e, posteriormente, em traficantes que exploravam franquias concedidas pelo Tráfico organizado. Acrescenta-se mais um componente ao conflito social Colombiano, que é o casamento guerrilha/tráfico, pois a vulnerabilidade financeira das guerrilhas é suprida pelo dinheiro do tráfico, e a falta de segurança dos traficantes é aliviada pelas armas da guerrilha.

Os Estados Unidos, ao sentirem o efeito da fuga de capital na sua economia, agravada pelo narcotráfico, empreenderam um ataque ostensivo contra as organizações de traficantes. O problema principal não eram as drogas e seus efeitos sociais, mas a fuga de capital que desestabilizava a economia nacional. Nessa conjuntura, tornou-se mais evidente a necessidade de segurança que tinham os traficantes, assim como a falta de dinheiro das guerrilhas para sobreviverem sem o auxílio financeiro russo. Além do dinheiro provindo do tráfico, as guerrilhas adotam práticas criminosas, como o sequestro, suborno, apropriação compulsória de bens móveis e a obrigatoriedade do pagamento de impostos mensais definidos por cada facção guerrilheira. Gradativamente, as guerrilhas vão perdendo seu ideal e transformam-se em agentes do tráfico e do crime organizado, altamente poderosos e com capacidade de influenciar nas decisões políticas e econômicas do país por meio de mecanismos de corrupção e violência.

A demarcação de territórios inteiros para grupos que não oferecem alternativas concretas para a vida do país é um atentado contra a soberania nacional e um descaso com os cidadãos que vivem em constante estado de pânico: medo do Exército e da Guerrilha. Em meio ao fogo cruzado, o povo passou a exigir atitudes concretas do Estado que permitissem uma convivência pacífica e um crescimento econômico que favorecesse o desenvolvimento de melhores condições sociais de existência. Ou o governo assume o controle da situação, ou entrega logo o



poder aos narco-guerrilheiros para que definam o que farão estando no governo. O que politicamente se torna insustentável é a existência de um Estado com dois governos paralelos: um legitimado pela comunidade internacional, outro que governa com a força do medo e da corrupção desde a clandestinidade.

Se o sonho marxista não deu certo nos modelos experimentados, é hora de tentar novas alternativas, novos sonhos, novas utopias que nos levem a vislumbrar novas esperanças. A “guerra” decretada pelo governo de Andrés Pastrana contra as FARC foi um “grande espetáculo” promovido por um jornalista-presidente e a retomada da proposta de “guerra” de Álvaro Uribe Velez são o sentimento e a vontade de uma população que acredita na viabilidade do país por caminhos diferentes dos experimentados nas últimas cinco décadas. O povo não demora a descobrir que guerrilha sem ideal é vandalismo, ideologia sem compromisso é oportunismo e charlatanice. Nessa guerra, muitos terão de morrer, pois, na lógica da vida, uns morrem para que a vida se perpetue. Todavia, enquanto uns se esforçam na busca de soluções que permitam alcançar a tão anelada paz, surgem as pedras no caminho e, no caso do governo colombiano, que conta com o chamado grupo de países amigos, que servem de negociadores entre o governo e os grupos “revolucionários”, aparece como obstáculo para o processo de paz o vizinho Chavez, que, segundo estudos de inteligência militar, dava refúgio às FARC, na Venezuela, criando uma área de 200 km² de extensão liberada para o grupo guerrilheiro mencionado e traficantes de armas e drogas fazerem suas transações comerciais..

Enquanto a Colômbia carrega os rótulos do tráfico e da violência, fruto dos combates e das ações do Exército e das Guerrilhas, e a população sofre as consequências do desequilíbrio político, outros governantes se beneficiam com os infortúnios alheios e até os fomentam. O que Hugo Chavez pretende fazer da Venezuela ou com ela “não se sabe”. Somente se têm alguns sintomas que permitem vislumbrar as



intenções do governante venezuelano que, certamente, não é o sonho bolivariano, pois o apoio às FARC e ao tráfico de drogas e armas em território desse país, a intimidade com Fidel Castro, assim como os grupos de militares sendo treinados por fundamentalistas talibãs definem o perfil de quem pretende transformar-se em soberano absoluto do país, a exemplo do ditador cubano. O mundo ainda não percebeu, ou, então, ataca com a indiferença as tentativas de fomentar um conflito internacional que deriva das diretrizes políticas chavista. Resta esperar que Gutierrez, no Equador, com características similares às de Chavez, não siga o mesmo caminho político do governante venezuelano. Parece que os sonhos da América Latina andam truncados e, hoje, mais do que nunca, não temos uma saída razoável para as necessidades latino-americanas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *O que é política*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Edunb, 1986.

_____. *Ética a Nicômaco*. 4 ed. Brasília: Edunb, 2001.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: EdunB, 1982.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 10 ed. Brasília: Edunb, 2001.

CORBISIER, Roland. *Introdução à filosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. (tomo II, parte 4).

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1981.

CRESPIGNY, Anthony de. *Filosofia Política Contemporânea*. 2 ed. Brasília: EdunB, 1982.



ESPINOSA, Baruch. *Tratado Político*. São Paulo: Nova Cultura, 1997. (Os Pensadores).

FICHTE, Johann Gottlieb. *Lições sobre a vocação do sábio*. Lisboa: edições 70, s.d.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1988.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

HUME, David. *Ensaio morais, políticos e literários*. 5 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1992. (Os Pensadores).

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. 5 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1992.

MACHIAVELLI, Niccolò. *O príncipe e dez cartas*. 3 ed. Brasília: Edunb, 1999.

MARCUSE, Herbert. *El hombre unidimensional*, 2 ed. Barcelona: Seix Barral, 1969.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

_____. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

_____. *A ideologia alemã*. 3 ed. Lisboa: Presença, s.d.

MONTAIGNE, Michel. *Ensaio 3*. 2 ed. Brasília: Edunb/Hucitec, 1987.

MONTESQUIEU, Charles Louis Secondat de. *O espírito das leis*. Brasília: Edunb, 1985.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian, 1987.

POPPER, Karl. *O racionalismo crítico na política*. Brasília: EdunB, 1998.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

A esfera pública: a antinomia racionalidade versus
irracionalidade na história do pensamento político
Albeiro Mejia Trujillo



_____. *O liberalismo político*. São Paulo: Ática, 2000.

ROUSSEAU, Jean-jacques. *O contrato social*. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

TOCQUEVILLE. *A democracia na América*. Rio de Janeiro: Saga, s.d.